



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

FLASH

7214

Presidente da Mesa Diretora: Coriolando da Soledade Ribeiro Afonso

Espécie: Projeto de lei

Categoria: Pendentes, rejeitados, sobrestados, prejudicados, retirados de pauta

Autoria: Executivo Municipal

Data: 16/12/2008

Descrição Sumária: PROJETO DE LEI Nº 284/2008. (REJEITADO). Altera dispositivos da Lei nº 3.754, de 15/06/2007, que dispõe sobre a Política Municipal de Proteção, Preservação, Conservação, Controle e Recuperação do Meio Ambiente e de Melhoria da Qualidade de Vida no Município de Montes Claros, cria o CODEMA e dá outras providências.

Controle Interno – Caixa: 27.5

Posição: 47

Número de folhas: 07

Espécie: PL
Categoria: Pendentes
Cx: 27.5
Ordem: 47
nº fls: 05



Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO DE LEI Nº 284 / 2008

AUTOR:

Executivo Municipal

ASSUNTO:

“Altera Dispositivos da Lei nº 3.754, de 15 de junho de 2.007, e dá Outras Providências.”

MOVIMENTO

Entrada em – 16/12/2008
Comissão Legislação e Justiça

- 1 -
- 2 - REJEITADO EM 30.12.2008.
- 3 -
- 4 -
- 5 -
- 6 -
- 7 -
- 8 -
- 9 -
- 10 -



MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS – MG.



PROCURADORIA GERAL

PROJETO DE LEI Nº 284 / 2008.

ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 3.754, DE 15 DE JUNHO DE 2.007, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Povo do Município de Montes Claros, por seus representantes na Câmara Municipal, aprova e o Prefeito Municipal, em seu nome, sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica revogado o inc. XXI do art. 2º, da Lei nº 3.754, de 15 de junho de 2007:

“Art. 2º. (...)

(...)

XXI- REVOGADO”

Art. 2º - Ficam alterados o *caput* e os §§1º e 2º do art. 25 da Lei nº 3.754, de 15 de junho de 2007, que passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 25 – Das decisões da plenária do CODEMA concernentes ao licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades de grande e médio porte, caberá recurso administrativo para as juntas recursais do CODEMA”. **NR**

“§ 1º - O recurso será interposto no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da ciência da decisão do CODEMA. **NR**

§ 2º - É irrecorrível administrativamente a decisão das juntas recursais do CODEMA acerca do licenciamento ambiental referido no *caput* deste artigo”. **NR**

Art. 3º - Ficam alterados os incisos II e VI do art. 59 da Lei Municipal nº 3.754, de 15 de junho de 2007, que passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 59 (.....)

I- (...)

II – produzidos por veículos sonoros, aparelhos ou instrumentos de qualquer natureza, utilizados em pregões, anúncios ou propagandas, nas vias públicas, nos domingos e feriados, de 00:00 (zero) a 24:00 (vinte e quatro) horas, e, nos dias úteis, das 19:00 (dezenove) às 08:00 (oito) horas, na forma estabelecida em regulamento, excetuada a propaganda político-eleitoral, regulamentada pela Legislação específica; **NR**

(...)

VI – provocados por bombas, morteiros, foguetes, rojões, fogos de estampido e similares, em eventos públicos ou abertos ao público, sem autorização específica expedida pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente.” **NR**

Art. 4º - O art. 69 da Lei Municipal nº 3.754, de 15 de junho de 2007 passa a vigorar com a seguinte redação:





MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS – MG.
PROCURADORIA GERAL



“Art. 69 - A Autorização de emissão sonora será emitida pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente, em articulação com a Secretaria Municipal de Infra - Estrutura e Política Urbana.” **NR**

Art. 5º - O art. 70 da Lei nº 3.754, de 15 de junho de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art.70 – Caberá a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, em parceria com a Secretaria Municipal de Infra-Estrutura e Política Urbana, no âmbito de suas atribuições, a vistoria e fiscalização do disposto na legislação ambiental municipal, em relação ao disposto neste Capítulo. **NR**

Art. 6º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando -se as disposições em contrário.

Município de Montes Claros, 04 de dezembro de 2008.


Athos Avelino Pereira
Prefeito Municipal



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
A COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
E JUSTIÇA
EM 16 DE DEZEMBRO DE 2008

PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
REJEITADO EM 1ª DISCUSSÃO POR
EM 30 DE DEZEMBRO DE 2008

PRESIDENTE



MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS – MG.
PROCURADORIA GERAL



Montes Claros, 04 de dezembro de 2.008

Ofício nº: PJ/093/2.008
Assunto: Encaminha Projeto de Lei
Serviços: Procuradoria Jurídica

Senhor Presidente;

Temos a honra de encaminhar a V. Exa o incluso Projeto de Lei com o qual pretendemos “alterar dispositivos da Lei nº 3.754, de 15 de junho de 2.007”, que dispõe sobre a Política municipal de proteção, preservação, conservação, controle e recuperação do meio ambiente e de melhoria da qualidade de vida no município de Montes Claros, seus fins, mecanismos de regulação, e dá outras providências.

Na certeza de que o Projeto de Lei é relevante, acreditamos que V. Exa. e os seus pares certamente o aprovarão na íntegra.

Neste ensejo, renovamos ao nobre Presidente e aos demais ilustres vereadores nossos protestos de estima e consideração.

Cordialmente,


Athos Avelino Pereira
Prefeito Municipal

Exmo. Sr. Coriolando da Soledade Ribeiro Afonso
DD. Presidente da Câmara Municipal
Nesta



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

ASSESSORIA LEGISLATIVA

PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 284/2008 QUE “Altera Dispositivos da Lei Nº 3.754 de 15 de Junho de 2.007, e dá Outras Providências” de autoria do Executivo Municipal.

Projeto de Lei Complementar à Assessoria Legislativa da Câmara Municipal de Montes Claros –MG, para análise de sua constitucionalidade e legalidade.


Não se vislumbra no projeto em questão qualquer vício de iniciativa, tendo em vista que compete ao Executivo a iniciativa de projetos versando sobre a sobre sua estrutura funcional.

O mesmo se diga em relação ao seu objetivo, ou seja, não se vê nenhuma ilegalidade no referido projeto.

Assim sendo, somos de parecer que o projeto em questão é legal e constitucional e atende à forma técnica de redação.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros, 16 de dezembro de 2008.


Luciano Barbosa Braga
Assessor Legislativo
OAB/ MG 78.605



Câmara Municipal de Montes Claros - MG
SALA DAS COMISSÕES
COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 284/2008

AUTOR: Executivo Municipal

MATÉRIA: "Altera Dispositivos da Lei nº 3.754 de 15 de junho de 2007".

I- RELATÓRIO

A proposição foi distribuída à Comissão de Legislação, Justiça e Redação em 16/12/2008, com entrada na Sala das Comissões no dia 16/12/2008.

Compete a esta Comissão, nos termos regimentais, emitir parecer sobre a legalidade, constitucionalidade e forma técnica de redação do projeto.

II – FUNDAMENTAÇÃO

O projeto, em análise, tem como objeto a alteração de dispositivos de Lei nº 3.754 de 15 de junho de 2007.

A Lei nº 3.754 de 15 de junho de 2007 dispõe sobre política municipal de proteção, preservação, conservação, controle e recuperação do meio ambiente e de melhoria da qualidade de vida no município de Montes Claros, seus fins, mecanismos de regulação, e dá outras providências.

Nos termos da Constituição Federal e Lei Orgânica Municipal compete ao Executivo a organização da administração direta e indireta do Município, bem como dispor sobre matérias orçamentárias.

Sendo assim, esta Comissão entende que o referido Projeto de Lei não incide em vício de iniciativa e não fere normas legais e/ou constitucionais.

III – CONCLUSÃO

Ante ao exposto, a Comissão conclui pela legalidade e constitucionalidade do referido Projeto de Lei e que o mesmo atende à forma técnica de Redação.

Sala das Comissões, 23 de 12 2008.

Presidente - Ver. Antônio Silveira de Sá:

Vice-Presidente- Ver. Eurípedes Xavier Souto:

Relator- Ver. Ademar de Barros Bicalho.